

## NOTÍCIAS E RECENSÕES



### VIII Congresso Internacional de Diplomática

De 27 de Setembro a 3 de Outubro de 1993, realizou-se, na cidade austríaca de Innsbruck, o VIII Congresso Internacional de Diplomática, subordinado ao tema «A diplomática episcopal até 1250», que reuniu cerca de duas centenas de participantes, de toda a Europa, incluindo alguns países da, até há pouco, designada Europa de Leste, como a Polónia, a República Checa, a Hungria, a Roménia, etc.

Portugal esteve presente com a maior representação de sempre, constituída por cinco docentes universitários, sendo dois do Porto, dois de Coimbra e um de Lisboa. Das três comunicações apresentadas por portugueses, duas versaram temática bracarense — *A diplomática arquiépiscopal de Braga (1071-1200)*, da autoria de Maria Cristina Almeida Cunha, e *A diplomática arquiépiscopal de Braga na Baixa Idade Média*, da responsabilidade do signatário — intitulado-se a terceira, assinada por Isaías da Rosa Pereira e António J. Ribeiro Guerra, *A chancelaria do bispado de Lamego*.

Não vamos enunciar o extenso rol dos títulos das várias dezenas de comunicações apresentadas, bastando informar que, dentro da temática geral do congresso, houve espaço para integrar estudos relativos à documentação dos patriarcados de Constantinopla, de Aquileia e do patriarcado latino da Terra Santa (Jerusalém), no século XII.

As perspectivas de abordagem do tema central multiplicaram-se, oferecendo um vasto leque de informações, que, além do enriquecimento actual, que ficará disponível a partir da publicação das *actas*, podem constituir outras tantas linhas de orientação para futuras investigações, desde o estudo da documentação produzida durante o governo pastoral de um determinado bispo, ao estudo de uma chancelaria diocesana, à influência da documentação pontifícia na documentação episcopal, às características da diplomática episcopal numa determinada diocese (como se verificou com as de Colónia, Breslau, Salzburg, Olmütz, Reims, Braga, Saragoça, Valência, Sevilha, etc.), numa metrópole ou mesmo num país, como aconteceu em relação à Polónia e à Hungria, sem esquecermos as formas de autenticação, com particular atenção aos diversos tipos de selos, etc.

Nota muito positiva neste congresso foi a elevada percentagem de jovens inscritos que apresentaram comunicações, facto que tem de se entender como expressão da vitalidade dos estudos de Diplomática na Europa, tal como acontece com a Paleografia. É que já ninguém se atreve a designar a Diplomática e a Paleografia como *ciências auxiliares* da História. São, evidentemente, ciências imprescindíveis aos historiadores, mas têm personalidade própria, são ciências autónomas, com princípios, métodos e objectos próprios. E o desenvolvimento que já atingiram é de tal ordem que, em relação à Paleografia, a Comissão Internacional sentiu necessidade de se dividir em duas, passando a haver uma para a Paleografia Latina e outra para a Paleografia Grega, isto enquanto entre nós o estudo das línguas clássicas se tem vindo a reduzir a «artigo de luxo», com nefastas repercussões no estudo da Paleografia e da própria investigação em certas áreas, que permanecem inacessíveis a muitos que desejariam especializar-se nesses domínios.

Em reuniões científicas desta natureza surgem sempre algumas novidades quanto a linhas de investigação em curso. Desta vez, a inovação vem da França, onde já estão organizados alguns grupos de trabalho com o objectivo de procederem à recolha e conveniente publicação dos diplomas medievais dos bispos da França, tema desenvolvido pelo Prof. Michel Parisse, na primeira sessão de trabalho.

A perfeita organização do Congresso, que se propõe editar brevemente as *Actas*, proporcionou também aos congressistas o contacto com instituições culturais e

iniciativas expressamente preparadas no âmbito desta reunião científica, tanto em Innsbruck, como em Brixen, no Tirol italiano.

Ponderadas algumas dificuldades, a Comissão Internacional de Diplomática procedeu ao reajustamento do calendário das próximas assembleias-gerais, tendo ficado estabelecido que a primeira se realizará em Sevilha.

J. Marques

### I Colóquio de Estudos Históricos Brasil/Portugal

No quadro das relações internacionais, Portugal tem motivos muito fortes e razões especialíssimas para reservar ao Brasil um tratamento privilegiado, pois é ele que melhor exemplifica e conserva a extraordinária obra civilizadora realizada pelos portugueses na sua expansão por terras de além-mar. Se outros títulos não houvesse, bastariam a língua, a cultura e a parte da História comum aos dois povos para justificar essa relação privilegiada. Entre outros factores de aproximação, temos de valorizar as intensas relações de parentesco ainda vivas e muito recentes, por eles evocadas com simpatia e orgulho no seu quotidiano, quando percebem que estão perante um português. A importância deste factor não pode nem deve ser ignorada no plano diplomático, sob pena de facilmente se resvalar para situações lamentáveis, não muito remotas, e ainda bem vivas no espírito dos mais responsáveis.

Além destas situações de consanguinidade, não se deve ignorar o *parentesco institucional*, que, apesar das necessárias adaptações impostas pelas vicissitudes dos tempos, conserva muitas raízes comuns, como ficou bem claro no Colóquio em epígrafe, cujo êxito e importância queremos registar nas páginas desta revista.

Para melhor se compreender a afirmação precedente, impõe-se traçar em linhas muito rápidas e simples os antecedentes desta iniciativa, podendo-se afirmar que o êxito do referido Colóquio é o fruto amadurecido da iniciativa tomada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que, pouco mais de um mês antes do início do congresso «América 92: Raízes e Trajectórias», decidiu enviar uma delegação de professores universitários, que apresentariam comunicações da sua livre escolha e inteira responsabilidade científica, sobre a temática do referido congresso.

As intervenções deste grupo tiveram lugar na parte do Congresso realizada em S. Paulo, mas o contacto com professores brasileiros, tanto nesta cidade, como depois, no Rio e em Niterói, conduziram ao intercâmbio de professores e à realização deste I Colóquio de Estudos Históricos Brasil/Portugal, que, embora subordinado a temática comum, decorreu em dois módulos, impostos pela distância entre Belo Horizonte e Niterói-Rio de Janeiro, com formulações flexíveis, a critério das Comissões Organizadoras locais.

Por razões de brevidade, diremos apenas que as instituições promotoras foram: o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (Niterói-Rio), a Universidade Portucalense — Infante D. Henrique (Porto), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), cujos responsáveis delegados para esta organização foram extremamente meticulosos e eficientes, como foi unanimemente reconhecido.

Em Belo Horizonte, as sessões decorreram de 22 a 29 de Agosto de 1993, na PUC-MG, e em Niterói-Rio, de 30 de Agosto a 2 de Setembro, respectivamente, nas

instalações da Pós-Graduação em História e num dos anfiteatros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O tema girava em torno do *Municipalismo e História Urbana*, e para se avaliar do interesse científico deste Colóquio, em cada um dos referidos módulos, seria indispensável transcrever neste lugar os títulos das numerosas comunicações apresentadas, aliás, esforço desnecessário, porque se aguarda para breve a publicação das *actas*, relativas a cada um destes pólos do Colóquio. Mesmo assim, parece-nos conveniente anotar algumas linhas dominantes dentro da temática comum a estas duas secções do Colóquio. Os portugueses traçaram uma visão do municipalismo em Portugal, desde os primórdios ao século XIX, incluindo a experiência atlântica da Madeira, dos Açores e S. Tomé, com as inevitáveis tensões entre as vereações municipais, os donatários e as autoridades eclesiásticas; enquanto da parte brasileira, além do município propriamente dito, foram tratados problemas de natureza urbanística, sociológica, jurídica, económica, ordenamento do espaço em função dos grupos sociais, transformação das cidades, a partir dos meados do século XIX, por vezes, muito ao sabor da moda vigente, etc.

E para vincar o interesse e actualidade do tema bastará recordar que houve comunicações que puseram em relevo a necessidade de revitalização do município brasileiro na actualidade, pondo termo à contradição entre a legislação geral, que não valoriza suficientemente a instituição municipal, e a *praxis* estadual que vai transferindo para o município muitas responsabilidades e competências na resolução das necessidades primárias das populações, tal como acontece entre nós e noutros pontos da Europa.

Foi dentro deste espírito que se organizou a *Mesa Redonda sobre Evolução do município e da Urbanização no Brasil*.

O II Colóquio será em Portugal e terá, também, uma temática de interesse comum.

Em jeito de comentário final, temos de reconhecer, que estas acções de intercâmbio cultural, à sua escala, são bem mais eficazes do que algumas missões oficiais, pois é também um dado adquirido que é na base do conhecimento pessoal, diremos, mesmo, da amizade, que estas iniciativas se concretizam e os protocolos entre as universidades funcionam, de outra forma, continuam a dormir no papel.

Era também por isto que, ao iniciarmos esta breve notícia, salientávamos a importância dos laços afectivos, decorrentes do parentesco mais ou menos recente e da amizade entre os dois povos irmãos e entre colegas que se dedicam ao mesmo ramo do ensino e da investigação. Sem esta componente do relacionamento humano, faltaria o verdadeiro «motor» a activar ou a facilitar a concretização destas iniciativas.

E não será ousado dizer que as nossas relações com o Brasil têm de privilegiar os aspectos culturais na sua globalidade e não apenas ao nível da língua, *mas aproveitando as potencialidades que a História proporciona de um melhor conhecimento mútuo*.

Esta realidade deveria levar os responsáveis a reverem a perigosa política de ensino, imposta em nome da integração na Europa, praticamente banindo a História Pátria dos anos terminais do ensino secundário, diluindo-a na História da Europa e impondo dogmaticamente o ensino de realidades históricas que, entre nós, estão longe de se poderem aceitar sem grandes reservas.

### Congresso de Estudos Jacobeus

Quem, por mais de uma vez, teve ocasião de ir a Santiago de Compostela durante o Ano Santo de 1993, dificilmente poderia deixar de verificar o ritmo impressionante com que chegavam grupos de peregrinos, dos mais variados recantos da Europa, e não admira que assim aconteça, dado que, além de a cronologia dos anos jubilares ser bem conhecida, a sua divulgação teve uma intensa cobertura nos meios de comunicação social por toda a Europa.

No plano científico, a última grande realização foi o Congresso Internacional de Estudos Jacobeus, efectuado em Santiago de Compostela, de 4 a 6 de Novembro último, que reuniu um elevado número de especialistas europeus e americanos, tendo a Faculdade de Letras do Porto estado representada pelos Professores Humberto Baquero Moreno e José Marques.

De preferência a enunciar o extenso rol das comunicações, parece-nos mais conveniente salientar algumas notas mais significativas na temática deste congresso, urgindo salientar, em primeiro lugar, que, não obstante o tema central continuar a ser o dos caminhos, procurou-se libertá-lo do que noutras circunstâncias parecia obsessão da *arqueologia* dos caminhos de Santiago, tendo sido constituídas seis secções, sendo apenas uma consagrada à *Organização territorial dos caminhos*, tendo sido destinadas as outras aos *caminhos marítimos*, à peregrinação, tratando mais concretamente da *ida e do regresso do peregrino*, enquanto outras incidiram nos problemas da *simbologia da peregrinação*, no *culto e milagres jacobeus* havendo, finalmente, uma secção dedicada a assuntos de carácter miscelâneo.

Um dos aspectos dominantes foi o do culto do Apóstolo e da sua difusão, inclusivé por meios literários, neste caso, através dos milagres. Nós próprio nos ocupámos da difusão do culto jacobeu em Portugal continental e no antigo ultramar português, podendo afirmar que nos princípios do século XVI chegou à Índia, levado pelos portugueses na versão literária de S. Tiago Mata Mouros.

Aspecto curioso é o das peregrinações colectivas por mar, desde as Ilhas Britânicas, nos séculos XIV e XV, durante a guerra dos Cem Anos, não faltando comerciantes que nelas se infiltravam com fins comerciais.

Um dos temas interessantes foi o exposto por Jacques Fontaine sobre a doutrina de Santo Agostinho, que, apesar de nunca ter sido peregrino, a sua exposição sobre a peregrinação do homem através da vida, pode adaptar-se ao peregrino jacobeu.

Entre as informações relativas a peregrinos célebres, temos de contar com o estudo sobre a viagem de Cosme III de Médicis a Santiago, segundo a descrição inédita de Filipe Corsini.

Em síntese, podemos dizer que o conjunto dos trabalhos apresentado constitui o precioso resultado de um núcleo de investigações de excelente qualidade, a que será necessário recorrer não só para estudar aspectos do culto e da peregrinação jacobea, mas também para esclarecer e enquadrar muitas outras vertentes da sociedade medieval, dos tempos modernos e da contemporaneidade.

J. Marques

**COLÓQUIO INTERNACIONAL  
«LIBRAIRES ET NEGOCE EN EUROPE, ANNÉS 1510-ANNÉS 1830»**

Decorreu de 20 a 23 de Outubro de 1993, na cidade de Lyon, organizado conjuntamente pelo Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine (CNRS) École Normale Supérieure — Paris e pela ENSSIB — École Nationale Supérieure des Sciences d'Information et des Bibliothèques — Centre d'Études et de Recherches en Sciences de l'Information de Lyon, o colóquio internacional sobre história do livro na Europa entre 1580-1830.

Esta iniciativa, contou com o apoio de prestigiadas instituições francesas e alemãs, interessadas nesta problemática e reuniu no ENSSIB, em Villeurbanne, com reputados especialistas da história do livro, cerca de uma centena de participantes. Durante quatro dias, proveitosas sessões de trabalho, serviram o conhecimento da geografia e funcionamento da Livraria Clássica (sécs. XV-XVII) e da Livraria das Luzes (séc. XVIII), das estruturas e conjunturas que tem sido possível identificar nos dois períodos, das práticas e das técnicas do negócio livreiro, das solidariedades entre negociantes, das estratégias familiares, alguns estudos incidiram sobre os autores e os textos e não foi esquecida a transição registada com a segunda revolução do livro que acompanhou a industrialização europeia.

Sem pretender ser exaustivo, direi que merecem destaque nesta notícia, a intervenção do belga Jean Materne, investigador dos *Archives Générales du Royaume* — Bruxelas, que tentou preencher o vazio deixado por Henri-Jean Martin no valioso esboço que traçou da imagem global da edição europeia de finais do século XVI, estudo em que a Península não apresenta sinais significativos da presença de centros tipográficos, circunstância que Materne considera oposta ao ferver de um interessante mercado livreiro Ibero-Americano durante o *século de ouro*. Guiado por este facto nas suas investigações, o conferencista apontou que a oficina Plantiniana de Anvers, se constituiu, durante aquele período, como alternativa ao desenvolvimento de uma indústria tipográfica peninsular. Esta conclusão retirou-a do estudo dos arquivos da empresa livreira de Plantin, indicador de que o dinamismo deste livreiro no mercado Ibero-Americano, foi em grande parte responsável pelas lacunas detectadas por Henri-Jean Martin.

Klaus Wagner, professor de literatura medieval da Universidade de Sevilha, traçou um panorama da livraria espanhola do século XVI, a partir das oficinas tipográficas de Sevilha e de Medina del Campo, subordinando a sua análise ao contexto geográfico, económico religioso e político da Península Ibérica.

A Livraria das Luzes (séc. XVIII) mereceu aturada reflexão a partir da comunicação de Otto Lankhorst, sobre os «*colporteurs*» de livros estrangeiros na Holanda, durante aquele século das Luzes, responsáveis pelo declinar da produção livreira local, em favor do livro parisiense.

Mário Infelise, da Universidade de Milão, constatou idêntica realidade na evolução da produção livreira italiana do mesmo período, mais notada na segunda metade do século, altura em que os grandes livreiros italianos veem os seus mercados tradicionais (Península Ibérica, Levante e Grécia) condicionados pela quebra das solicitações do livro religioso.

A difusão do livro francês em Florença ao longo do século XVIII, foi abordada por Renato Pasta, a partir do estudo dos Bouchard, dinastia de livreiros franceses instalada naquela cidade italiana desde 1730 e activa até final do século. Estudos elaborados a partir da correspondência comercial e dos catálogos editados pela empresa, permitiram ao autor dar a conhecer o sentido cultural e intelectual da pre-

sença do livro francês em Florença, práticas de leitura urbana, estratégias comerciais do negócio familiar dos Bouchard, que, para lá de constituírem fortuna e o prestígio social decorrente, acabaram por ser responsáveis por trazer à cidade italiana a «*revolução da leitura*».

Nicolai Alexandrovitch Kopanev, equacionou a difusão do livro francês na Rússia, através do levantamento das edições fornecidas pelo livreiro parisiense Antoine-Claude Briasson à Biblioteca da Academia das Ciências de São Petersburgo e à nobreza Russa, entre 1730 e 1747.

Os arquivos da Sociedade Tipográfica de Neuchâtel têm fornecido inúmera e diversa documentação, passível de análises diversificadas que possibilitam a realização dos mais variados estudos, quase sempre contributos parcelares para a história do livro e da edição abrangentes a toda a Europa, pelas conhecidas ligações comerciais da Sociedade. Neste colóquio serviram como fonte ao trabalho apresentado por Dominique Varry, da Universidade de Lyon, sobre a prosopografia dos homens responsáveis pelo desenvolvimento da livraria lionesa durante o século XVIII.

Ludovica Braida, da Universidade de Turim, debruçou-se sobre o comércio do livro entre os editores genoveses e a Itália do século XVIII. Utilizando os arquivos de algumas empresas editoras de Génova, privilegiou o conhecimento dos agentes desse comércio, as práticas desenvolvidas, os obstáculos com que depararam no exercício da sua actividade, particularmente na difusão dos textos interditos.

A discussão, pouco pacífica, do preço do livro no século XVIII, foi motivada pela intervenção de Michel Marion, da Escola Superior de Fontenay-Saint-Cloud, que apresentou um ensaio sobre o cálculo do preço médio do livro novo e usado ao longo do século XVIII, encontrado, no primeiro caso, em função dos formatos e preços fixados em anúncios da imprensa periódica entre 1753 e 1762, e no segundo, a partir do catálogo de uma biblioteca particular vendida em 1785. A impossibilidade de cruzar a informação obtida com indicadores acerca do preço do papel, salários dos tipógrafos, fenómenos conhecidos de flutuação do mundo da leitura, hábitos dos compradores, enfim, das tendências do mercado, tornaram pouco credível a pretensão de mostrar se o livro era, na época, um objecto caro, ou acessível, relativamente aos nossos dias.

Béatrice Braud, apresentou um interessante estudo sobre a difusão dos dicionários nos Gabinetes de Leitura franceses entre 1764 e 1787 e Sabine Juratic, do IHMC do CNRS, abordou a presença feminina no negócio livreiro parisiense durante o século XVIII.

Robert Darnton, teve dupla intervenção neste encontro, uma no âmbito dos trabalhos, debruçando-se sobre a estratégia financeira de uma casa editora do século XVIII, outra numa conferência pública proferida na Biblioteca Municipal de Lyon, sob o título «*Livres et sédition — l'univers de la littérature clandestine au XVIII<sup>e</sup> siècle*», integrada no programa alargado do colóquio.

Roger Chartier, encerrou os trabalhos com uma síntese e conclusões sobre o colóquio.

Do programa do encontro e à margem das sessões de trabalho, foram promovidas visitas guiadas ao Museu da Imprensa e da Banca de Lyon, bem como a uma exposição sobre imprensa, livro antigo e gravura, organizado pela Biblioteca Municipal daquela cidade.

Muitas outras intervenções mereceriam aqui referência, mas, para não retirar o carácter de notícia a estas linhas, deixo aqui a indicação de que as actas deste colóquio estarão disponíveis já no decurso do primeiro trimestre de 1994.

*António Barros Cardoso*



## PROVAS ACADÉMICAS

No período compreendido entre 23 de Junho de 1992 e 31 de Dezembro de 1993, apresentaram-se a provas públicas em História, para a obtenção de graus, dentro de cada uma das categorias académicas, os candidatos, que passamos a mencionar, segundo um esquema, donde consta: a data da prova, o nome do candidato, o título do trabalho, o júri e a classificação final.

*Mestrado:*

23-6-1992 — Nuno Maria Osório Nóbrega Cortes — *O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth, catedrático da Univ. Nova de Lisboa, Fernando Alberto Pereira de Sousa, catedrático da F.L.U.P. e Francisco Ribeiro da Silva, prof. associado da FLUP. Muito Bom.

22-3-1993 — Francisco Barbosa da Costa — *S. João de Canelas Uma comunidade rural das terras de Santa Maria. Estudo demográfico: 1588-1808*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth, catedrático da Univ. Nova da Lisboa, Fernando Alberto Pereira de Sousa, catedrático da FLUP e Francisco Ribeiro da Silva, prof. associada da FLUP. Muito Bom.

16-7-1993 — Olímpia Maria Cunha Loureiro — *O livro e a leitura no Porto, na segunda metade do século XVIII*. Júri: José Esteves Pereira, catedrático da Univ. Nova de Lisboa, Luís António de Oliveira Ramos, catedrático da FLUP, Francisco Ribeiro da Silva, prof. associado da FLUP. Muito Bom.

20-7-1993 — Maria da Guia Carvalho Pereira do Rio Vicente Barata — *Do Iluminismo ao Liberalismo. A caminho da homogeneização dos níveis de alfabetização e da criação de um mito: o alfabetizado. — Os exemplos de Aguiar de Sousa e Melres (1750-1820)*. Júri: António Viñao Frago, prof. titular da Univ. de Múrcia, Luís António de Oliveira Ramos, catedrático da FLUP, Francisco Ribeiro de Silva, prof. associado da FLUP. Muito Bom.

23-7-1993 — Isabel Maria Marinho Vaz de Freitas — *Concelho e Senhorio. O Porto (1385-1433)*. Júri: Isabel del Val Valdivieso, prof.<sup>a</sup> titular de Univ. de Valladolid, Humberto Carlos Baquero Moreno e José Marques, catedráticos da FLUP. Muito Bom.

27-7-1993 — Ana Isabel Quelhas da Fonseca Marques Guedes — *A assistência e a educação dos órfãos durante o Antigo Regime (O Colégio dos Órfãos do Porto)*. Júri: Dominique Julia, do Instituto Universitário Europeu (de Florença), Luís António de Oliveira Ramos, catedrático da FLUP, Francisco Ribeiro da Silva, prof. associado da FLUP. Muito Bom.

15-10-1993 — Célia Maria Taborda da Silva — *O Mosteiro de Ganfei. Propriedade, produção e rendas no Antigo Regime (1629-1683 e 1716-1822)*. Júri: Luís Ferrand de Almeida, catedrático da FLUC, Aurélio de Araújo Oliveira, catedrático da FLU, Francisco Ribeiro da Silva, prof. associado da FLUP. Muito Bom.

2-11-1993 — Maria Filomena Lopes Barros — *A comuna muçulmana de Lisboa nos séculos XIV e XV*. Júri: António Dias Farinha, catedrático da FLUL, Humberto Carlos Baquero Moreno e José Marques, catedráticos da FLUP. Muito Bom.

12-11-1993 — Maria do Rosário Costa Bastos — *Santa Maria da Oliveira: um domínio monástico Entre Douro e Minho, em finais da Idade Média*. Júri: Maria Helena da Cruz Coelho, catedrática da FLUC, José Marques, catedrático da FLUP, Armando Luís Carvalho Homem, prof. associado da FLUP. Muito Bom.

2-12-1993 — Júlia Isabel Coelho de Campos Alves de Castro — *O Mosteiro de S. Domingos de Donas de Vila Nova de Gaia (1345-1513)*. Júri: Maria Alegria Fernandes Marques, prof.<sup>a</sup> associada da FLUC, Humberto Carlos Baquero Moreno e José Marques, catedráticos da FLUP. Muito Bom.

3-12-1993 — Paula Maria Carvalho Pinto Costa — *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XV)*. Júri: Maria José Azevedo Santos, prof.<sup>a</sup> associada da FLUC, Luís Alberto Adão da Fonseca e José Marques, catedráticos da FLUP. Muito Bom.

*Doutoramento:*

21-4-1993 — Ivo Manuel Veiga Carneiro de Sousa — *A Rainha da Misericórdia na história da espiritualidade, no Portugal do Renascimento*. Júri: José Vitorino Pina Martins, catedrático da FLUL, Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís António de Oliveira Ramos, Cândido Augusto Dias dos Santos, Eugénio Francisco dos Santos, José Adriano Moreira Freitas de Carvalho, catedráticos da FLUP. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade.

26-4-1993 — Henrique Manuel Pebre Rodrigues David — *As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth, catedrático da UNL, Luís António de Oliveira Ramos, Cândido Augusto Dias dos Santos, Aurélio de Araújo Oliveira, Fernando Alberto Pereira de Sousa, catedráticos da FLUP. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade.

4-10-1993 — Jorge Fernandes Alves — *Os Brasileiros — Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Júri: Jorge Carvalho Arroiteia, catedrático da UA., Luís António de Oliveira Ramos, Eugénio Francisco dos Santos, João Francisco Marques, catedráticos da FLUP, Francisco Ribeiro da Silva, associado da FLUP. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade.

8-11-1993 — Gaspar Manuel Martins Pereira — *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Júri: Joaquim Manuel Pantoja Nazareth, catedrático da UNL, Luís António de Oliveira Ramos, Eugénio Francisco dos Santos, Cândido Augusto Dias dos Santos, João Francisco Marques, Fernando Alberto Pereira de Sousa, catedráticos da FLUP. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade.

*Agregação:*

23-04-93 — Francisco Ribeiro da Silva — *«O Porto e as cortes seiscentistas ou os concelhos e o Poder Central em tempo do absolutismo»*.

Júri: Presidente — Reitor da Universidade do Porto; Vogais — Joaquim

Veríssimo Serrão, catedrático da FLUL; António de Oliveira, catedrático da FLUL; António Pedro Vicente, catedrático da UNL; Humberto Carlos Baquero Moreno, Luís António de Oliveira Ramos, Cândido Augusto Dias dos Santos, Eugénio Francisco dos Santos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Fernando Alberto Pereira de Sousa, Luís Alberto Adão da Fonseca, Francisco Alberto Fortunato Queiróz, Aurélio de Araújo Oliveira, José Marques, Vítor Manuel de Oliveira Jorge, João Francisco Marques, catedráticos da FLUP. Aprovado por unanimidade.

*El camino de Santiago, la hospitalidad monástica y las peregrinaciones*, coordenado por Horácio Santiago-Otero, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 1992, 24,5x18 cm., 398 p.

O ano jubilar compostelano de 1993 ficará assinalado na história do culto jacobeu não só por ter suplantado os anteriores pelos milhões de peregrinos que aí acorreram, mas também pelo intenso labor científico-cultural, desenvolvido com alguns anos de antecedência, procedendo nos diversos aspectos afins desta temática a uma preparação científica, que permitisse uma melhor compreensão do fenómeno das peregrinações ao longo da História e uma vivência mais consciente deste ano santo.

É certo que, se o Governo de Galiza, através do Comissariado Jacobeu, e o arcebispado de Compostela, cada um na esfera das suas competências, não se pouparam a esforços para o êxito deste ano santo, muitas outras instituições deram também o seu contributo, embora mais discreto, mas nem por isso menos duradouro, com forte projecção no futuro. Referimo-nos às numerosas actividades culturais, realizadas nos anos anteriores, em jeito de preparação, podendo acrescentar que esse movimento cultural também teve, pela primeira vez, considerável repercussão no Norte de Portugal.

A obra em epígrafe, que desejamos apresentar, é precisamente o resultado de uma dessas iniciativas culturais, realizada num contexto espacial atravessado pelo antigo *caminho francês* de Santiago. Trata-se das *actas* do congresso internacional, realizado na Real Colegiada de Santo Isidoro de Leão, de 3 a 8 de Julho de 1989, subordinado ao tema *El Camino de Santiago, la hospitalidad monástica y las peregrinaciones*, promovido pelo Departamento de História Medieval do Centro de Estudos Históricos do C.S.I.C., de Madrid, pela Universidade de Leão, pela Cátedra de Santo Isidoro, da mesma cidade, e pelo Centre Européen de Recherches sur les Congrégations et Ordres Religieux, de Saint-Etienne. O prestígio das instituições promotoras constituía, à partida, a garantia do êxito do congresso e da qualidade das respectivas *actas*.

Não é viável apresentar aqui os títulos das três dezenas de comunicações, com excepção de uma ou outra de âmbito mais remoto, centradas em torno do tema da hospitalidade, apreciada sob diversos pontos de vista, todos convergentes para o aprofundamento temático, bastando reportarmo-nos a alguns títulos, de uma forma aproximada: a hospitalidade monástica nas regras de S.<sup>to</sup> Isidoro de Sevilha e de S. Frutuoso, a hospitalidade em S.<sup>to</sup> Isidoro de Leão, a hospitalidade, em Astorga, aos peregrinos de Compostela, a hospitalidade asturiana, passando-se de imediato a análises concretas de manifestações institucionais em Segóvia, S. Pedro Félix de Incio, em Samos, nas Ordens Religiosas e Militares, nos mosteiros agostinhos ao longo do caminho de Santiago, desde Roncesvales, nos mosteiros jerónimos, etc. Quer dizer, embora a hospitalidade na região astur-leonesa tenha sido particularmente estudada

neste congresso, temos de reconhecer que a solicitude para com os peregrinos jacobeus, desde os Pirenéus até ao túmulo do Apóstolo, ou seja, ao longo de todo o norte de Espanha, em termos gerais, esteve presente neste congresso.

Em relação ao tema da hospitalidade, estas *actas*, reunidas num volume bem apresentado, a expensas da *Consejería de Cultura y Turismo da Junta de Castilla y León*, serão de consulta obrigatória para quem retomar o tema da hospitalidade nos caminhos de Santiago.

J. Marques

*Catálogo de la documentación medieval del Archivo Municipal de Alcalá de Henares (Siglos XIII-XIV)*, elaborado por António Castillo Gómez — Carlos Sáez Sanchez, Alcalá de Henares, 1992, 24x17 cm, 116 p.

O presente volume, em co-autoria de António Castilho Gomez e de Carlos Sáez-Sanchez, embora aí não esteja expressamente dito, pode considerar-se como mais um elemento integrante da colecção «Fuentes Medievales Alcalafinas», lançada e orientada pelo segundo destes autores, na sua qualidade de professor de Paleografia e Diplomática da Universidade de Alcalá de Henares.

A intenção dos autores não foi apresentar uma colecção diplomática, mas somente elaborar um instrumento de trabalho, útil aos investigadores, tendo precedido o citado catálogo de um estudo, em que, após algumas considerações sobre a escrita, o seu poder e utilidade, traçam uma breve linha evolutiva das vicissitudes históricas deste arquivo, salientando a atenção prestada, pelo arcebispo de Toledo, D. Sancho, à conservação dos documentos, ordenando, em 1268, que as cartas fossem passadas em duplicado, sendo uma para os destinatários, ficando a outra na posse do concelho, que deveria guardá-las, no que viria a chamar-se «arca do concelho». Apesar destas precauções, o desgaste produzido pelo decurso do tempo, a coberto da incúria dos homens, fez-se sentir também neste arquivo, aspecto que os autores tiveram o cuidado de deixar bem claro, reservando-lhe uma parte do catálogo, que está dividido da seguinte forma:

— 1.<sup>a</sup> parte — dedicada à descrição dos documentos existentes; 2.<sup>a</sup> parte — integrada pela descrição da documentação perdida, que é possível descrever, mercê das referências indirectas. Os autores estão convictos de que se extraviou alguma documentação, que não é possível identificar e descrever por falta de referências indirectas.

Os autores expõem com clareza os princípios e os critérios por que se orientaram, tendo valorizado convenientemente cada sumário com o respectivo quadro da tradição, convindo ainda salientar a bibliografia utilizada no estudo preliminar e os índices toponímico, onomástico e de matérias, indispensáveis em obras desta natureza, instrumentos de trabalho que, se por um lado são de grande utilidade para os investigadores, por outro valorizam a própria obra em si mesma, criando condições para ser frequentemente utilizada, cumprindo a sua verdadeira função.

J. Marques

*El fondo español del Archivo de la Academia de las Ciencias de San Petersburgo*, recolha de Emílio Sáez (+), organização de Carlos Sáez, Alcalá de Henares, Serviço de Publicaciones de la Universidad, 1993, 24x17 cm, 253 p.

Para quem conheceu o Prof. Emílio Sáez, grande amigo de Portugal e uma das pessoas que, no plano científico e cultural mais contribuíram para o bom relacionamento entre os professores universitários e conseqüente aproximação institucional entre Portugal e Espanha, é verdadeiramente digna de aplauso a atitude de Carlos Sáez Sanchez, seu filho, de ultimar as obras que deixou em fase de acabamento e publicá-las. A primeira que teve oportunidade de receber tal tratamento foi o volume II da *Colección Documental del Archivo de la Catedral de León*, de cujo primeiro volume D. Emílio nos fez beneficiário, na seqüência da visita de um grupo de membros da Sociedade Espanhola de Estudos Medievais a Braga, após a Assembleia-Geral realizada em Santiago de Compostela. A segunda é esta que agora temos entre mãos e da qual lhe ouvimos falar, sobretudo pelas benéficas conseqüências no intercâmbio cultural entre a Espanha e a então União Soviética, quando nem sequer se pensava na hipótese de abertura ao Ocidente e muito menos nas rápidas mudanças a que todos assistimos nos últimos anos.

Não se poderá dizer que é uma obra acabada, perfeita, como o próprio autor gostaria de nos legar. Trata-se de pôr ao alcance do público os materiais arquivísticos recolhidos durante as duas missões culturais na antiga União Soviética, e em particular na cidade de Leninegrado (S. Petersburgo), concretizadas nos meses de verão dos anos de 1982 e 1983, que lhe permitiram inventariar quatrocentos e sessenta e três (463) documentos, distribuídos entre os anos 811 (Julho, 1) e 1904 (Outubro, 28 — Madrid), referentes aos mais variados assuntos, desde a Alta Idade Média aos primeiros anos do século XX. Dos 463 documentos hispânicos inventariados e sumariados por Emílio Sáez, só pôde transcrever 68, na sua grande maioria medievais e modernos, até ao primeiro quartel do século XVII, oferecendo dos restantes sumários mais ou menos desenvolvidos de acordo com a sua importância e interesse histórico.

No estudo preliminar elaborado por Carlos Sáez com os elementos constantes dos cadernos de seu pai, ficamos a saber quem foram os vendedores a quem o colecionador Lijachiev comprou estas centenas de documentos, com especial predomínio radicados nas cidades de Paris, Londres, Berlim, Viena, Leipzig, Barcelona, Munich, Madrid, etc., o mesmo se podendo dizer em relação ao preço da compra de muitos deles, e, o que é mais curioso, as instituições a que muitos deles pertenciam, predominantemente eclesiásticas: Mosteiro de Poblet, Biblioteca Pública de Besançon, Arquivo municipal de Salamanca, Nunciatura de Madrid, Paróquia de Todos os Santos de Córdoba, Ordem de Calatrava, Mosteiro Salvador de Oña, Hospital del Rei — Abadia de las Huelgas, Santa Maria de Moyá, etc.

Além do interesse científico subjacente à revelação desta documentação hispânica conservada na Academia das Ciências de S. Petersburgo, ex-Leninegrado — alguma relativa a Portugal — esta obra, tem o mérito de estar penetrada por um gesto de amor filial, que levou Carlos Sáez a não deixar perder e cair no esquecimento um trabalho, que seu pai, D. Emílio Sáez, realizou com tanto entusiasmo, poucos anos antes de falecer, e que ficará como testemunho de um princípio de intercâmbio entre historiadores espanhóis e soviéticos, e sinal do prestígio do Professor Emílio Sáez, que em tempos verdadeiramente difíceis, conseguir autorização para realizar este interessante trabalho, que não teve tempo de concluir.

GARCIA EGEA, Maria Teresa — *La visita a la diócesis de Tortosa del obispo Paholac, 1314*, Diputació de Castelló, 1993, 23x16,3 cm, 290 p.

A importância das visitas, como fontes históricas, já há décadas tem sido posta em relevo no âmbito das dioceses de Braga, Lisboa, Coimbra e da Ordem de S. Tiago, respectivamente por António Franquelim Neiva Soares, Işafas da Rosa Pereira, Joaquim Carvalho e Hugo Cavaco, em relação ao século XV e seguintes. A partir do Concílio de Trento, a visita pastoral assumiu crescente importância, como instrumento de largo alcance no processo de reforma eclesial, sendo muito elevado o número de livros ainda existentes, não obstante as perdas de que muitas vezes se fala.

Para o período medieval, tanto através de itinerários episcopais, como de algumas actas avulsas de visitas pastorais, sabemos que os bispos não eram tão remissos no cumprimento do dever de visitar, como por vezes apressadamente se afirma, devendo admitir-se a necessidade de não generalizar.

Embora, entre nós, haja documentos avulsos com capítulos de visitas pastorais medievais, ainda não apareceu nenhum livro de visitas anterior ao século XV, nem idêntico a este, pois, ao contrário do que é vulgar nos tempos modernos, em que cada paróquia tem os seus livros de visitas, este destinava-se ao uso privado do prelado diocesano, Francisco de Paholac, que pelas terras por onde passou foi aplicando os questionários previamente elaborados, relativos aos clérigos e aos leigos, recolhendo um conjunto de informações, que lhe permitiram formar uma ideia mais rigorosa do estado da diocese de Tortosa a ele confiada.

Esta obra divide-se em duas partes, absolutamente inconfundíveis: a primeira, preenchida pelo estudo prévio do códice e do estado moral desta diocese, encravada entre as de Tarragona, Lérida, Saragoça, Segorbe-Albarracín e Valência, e a segunda contendo a transcrição integral do manuscrito elaborado na sequência da mencionada visita pastoral, rigorosamente transcrito e apresentado de acordo com as normas de edição de documentos medievais latinos da Comissão Internacional de Diplomática, obra enriquecida com os índices onomástico e toponímico.

Nesta obra, o que mais impressiona é a precoce iniciativa do bispo Paholac por elaborar um instrumento de trabalho que lhe permitisse um melhor conhecimento da situação objectiva do clero, seu colaborador, e da generalidade dos leigos.

Em relação ao clero, detectam-se aqui alguns problemas que surgem sistematicamente em legislação posterior: falta de observância da lei da residência, com ruína da igreja, deficiente cumprimento das obrigações inerentes ao ministério sacerdotal e ao múnus pastoral, inobservância das disposições canónicas quanto ao traje ou hábito eclesiástico, concubinato, jogo e usura. Por seu turno, quanto aos leigos, há também um certo número de aspectos em que frequentemente claudicavam, como no incumprimento dos mandamentos da Igreja, adultério e concubinato, usura, desvios de natureza religiosa: superstição, sortilégios, blasfémias, bruxarias, etc., mazelas graves, que continuaram para além das medidas tomadas nesta visita.

De preferência a dados quantitativos, sobressaiem aqui dados qualitativos, que vão acompanhando a sociedade cristã, sem nunca serem definitivamente erradicados, porque decorrem das fraquezas e limitações da natureza humana.

Escrito com sobriedade e grande clareza, o presente estudo, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Maria Milagros Cárcel Orti, da Universidade de Valencia, pela precocidade do documento que lhe serve de base e pela natureza do seu conteúdo, ficará como obra de referência para outros estudos similares.

*J. Marques*

*Minutario notarial de Pontevedra (1433-1435)*. Transcrição e estudo por Ángel Rodríguez González — José Armas de Castro, Santiago de Compostela, Conselloda Cultura Galega, 1992, 24x17 cm, 253 p.

Depois de ainda recentemente ter posto ao alcance dos investigadores e simples curiosos da história local das cidades galegas de Pontevedra e de Santiago de Compostela, os *livros do concelho*, respectivamente de (1431-1463) e (1416-1422), a que nos referimos no vol. IX desta revista, Ángel Rodríguez González e José Armas de Castro prestaram mais um excelente serviço à cultura histórica galega tornando acessível o *Minutario notarial de Pontevedra (1433-1435)*, conjunto de 144 escritura notariais do maior interesse para a história económica e sobretudo para o estudo da vertente social da comunidade de Pontevedra.

Além de um breve estudo codicológico e de uma aproximação aos oito *notários do número* existentes em Pontevedra, no século XV, os organizadores deste volume proporcionam aos leitores uma síntese do conteúdo temático destas escrituras, agrupando as que se podem designar como: a) *cartas de reconhecimento de obrigações* de dívidas e de pagamento das mesmas dentro de certo tempo, contratos entre mercadores, por exemplo, para fornecer determinadas quantidades de sardinhas ou tábuas de castanho para exportação, para a aprendizagem de um ofício, contratos de frete, etc.; b) contratos de aforamento, tanto de bens móveis como imóveis, e, finalmente, c) escrituras diversas: doações, renúncias, cartas de dote de casamento, etc.

Mas, se prioritariamente esta documentação interessa para o conhecimento da sociedade galega de Pontevedra, aqui e além fornece também preciosos contributos para a afirmação das relações luso-galaicas, no século XV, que não poderemos desperdiçar, nesta fase de estreitamento das relações entre estes dois povos do Noroeste Peninsular, que constituem uma região típica e modelar, no quadro de Europa das regiões.

J. Marques

*Tumbo de Lorenzana*. Transcripción y estudio de Ángel Rodríguez González y José Ángel Rey Caina, Salamanca, 1992, 24x17 cm, 324 p.

A colecção de «Anexos» da revista «Estudos Mindonienses» enriqueceu-se ao integrar essa preciosa fonte documental que é o *Tumbo de Lorenzana*, conservado no Arquivo Histórico Nacional, em Madrid, transcrito e preparado para publicação pelo grande especialista que é D. Ángel Rodríguez González, coadjuvado pelo seu discípulo e colaborador, José Ángel Rey Caina.

Trata-se, essencialmente, de tornar acessível ao público erudito uma preciosa fonte histórica documental, relativa à fundação e à vida do mosteiro de S. Salvador de Lorenzana, na província de Lugo, constituída pela colecção de duzentos e vinte e dois documentos, distribuídos pelo período que vai de 969 (Junho, 10) até 1263 (Novembro, 3), com a vantagem de se conhecer o testamento do conde D. Osório Guterres, que é uma verdadeira carta de fundação, clarificando a sua história e vida interna, pautada, desde o início, segundo a regra de S. Bento, situação impensável, entre nós, para época tão recuada.

Não vamos deter-nos a salientar a importância desta documentação, tanto para o conhecimento da estrutura interna desta comunidade, com particular incidência nos cargos de maior projecção, como é o caso dos abades, e da constituição e gestão deste

património monástico, aspectos sociais, incluindo os problemas de parentesco, etc.

Os organizadores não pretenderam fazer a história deste mosteiro beneditino, mas tão só divulgar esta importante fonte, que, além de se encontrar a centenas de quilómetros do local onde foi produzida e compilada, para muitos se apresentava erçada de dificuldades, decorrentes da circunstância de estar escrita em latim, gravadas pelas formas paleográficas.

A publicação rigorosa de fontes, como acontece com esta, constitui um excelente serviço prestado à cultura, a começar, obviamente, pela História, e é a melhor forma de as salvar para o futuro. E não se pense que tem apenas a ver com a instituição monástica a que directamente diz respeito, porque o seu interesse afirma-se também na história regional e, eventualmente, em âmbito mais vasto.

Os organizadores não se limitaram à sua publicação, mas precederam-na do estudo possível dos bades conhecidos e de uma breve descrição codicológica, tendo enriquecido ainda o volume com utilíssimos índices toponímico e antropónimo, simplificando e facilitando o labor dos investigadores interessados no seu aproveitamento para aprofundar a história desta comunidade beneditina ou com outros fins científicos.

J. Marques

*1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 12-18 de Outubro de 1993). Actas II*, Coordenação de Vítor Oliveira Jorge, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, 1993, 23,5x16 cm, 507 p.

Congressos e colóquios de que se não publiquem as respectivas *actas*, se não são inúteis, porque há sempre aspectos válidos latentes no encontro de especialistas e experiências e orientações novas que se dão a conhecer, bem como permuta de bibliografia e de estudos pessoais de publicação recente etc., pode dizer-se que se perdem com a sessão de encerramento.

Consciente desta realidade, muitas vezes confirmada, a Comissão Organizadora deste Congresso programou desde a primeira hora a publicação das *actas* e na sessão de abertura pode distribuir aos membros da mesa da presidência o primeiro volume dos cinco ou seis que as integrarão. Se este processo constitui uma prova de eficiência, que pretende salvar o essencial, priva os estudos aí incluídos de eventuais correcções ou enriquecimentos de que poderiam beneficiar na sequência do debate pretendido. É uma opção que nem por isso deixa de ser válida.

Pouco depois, temos sobre a mesa de trabalho o vol. II, com mais de meio milhar de páginas, predominantemente integrado por estudos de autores espanhóis, dedicados à Pré-História, desde o Paleolítico Superior à Idade do Ferro, estudando as diversas culturas materiais e os aspectos sociológicos, incluindo um ou outro estudo relativo à época romana e até de arqueologia medieval, sem esquecer um estudo de carácter técnico, intitulado *Termoluminiscencia aplicada al patrimonio arqueológico*.

Não está no âmbito desta notícia apreciar cada um dos estudos publicado, nem isso seria da nossa competência, mas, ao anunciarmos o aparecimento deste volume, fica-nos a certeza de que brevemente surgirão os restantes e que a colecção destas *actas* constituirá um importante repositório de actualizados estudos de Pré-História e de Arqueologia Peninsular, a que muitos especialistas e simples estudantes terão de recorrer nos próximos anos.

Está, por isso, de parabéns a Comissão Organizadora do Congresso.

J. Marques



*Devoción mariana y sociedad medieval. Actas del simposio*, Ciudad Real, Instituto de Estudios Manchegos, 1990, 24x16,5 cm, 499 p.

Não é segredo para ninguém que o ensino da História Pátria atravessa, desde há anos, uma fase muito difícil, bastando atender aos programas do curso complementar do ensino secundário, que não vem para aqui discutir, nos quais é indubitável a hegemonia europeia, sendo legítimo perguntar se é marginalizando a nossa História que se pretende garantir e defender a nossa identidade no contexto europeu. Até por isso, é urgente valorizar o estudo da história local, que normalmente desperta grande entusiasmo nos alunos e nos próprios docentes, podendo-se, em muitos casos, estabelecer uma fácil articulação com a História Pátria. Neste domínio, além da escola nos seus diversos graus, até ao ensino superior, desempenham uma função importante e, em geral, altamente meritória as associações promotoras da história local. E o problema não se põe apenas em Portugal. Na vizinha Espanha, onde a implantação das autonomias estimulou e desenvolveu o estudo de cada uma destas regiões, existe também a Confederação Espanhola de Estudios Locales, marcada por crescente vitalidade.

Foi precisamente na linha destes estudos de matriz autonómica e local que surgiu a obra que agora apresentamos, destinada a comemorar o IX centenário de uma tradição religiosa mariana, que remonta a 1088, relacionada com a imagem milagrosa de Nossa Senhora do Prado. Tal comemoração motivou a realização de um simpósio, subordinado ao tema *Devoción mariana y sociedad medieval*, na província da Mancha, tendo-se interpenetrado os estudos de carácter mais erudito com os que pretendiam surpreender os aspectos mais acentuados da religiosidade mariana popular. A título de exemplo, recordemos alguns temas então desenvolvidos: *Devociones marianas y repoblacion. Aproximación al caso andaluz; Religiosidad popular y fenomeno repoblador de la Mancha; Cofradias bajo advocaciones marianas en el Campo de Calatrava a partir de libros de visitas; Manifestaciones de la religiosidad popular durante el siglo XV en Ciudad Real, etc.*

Por esta amostra fica bem explícito o interesse desta obra planeada em ordem à valorização do culto e devoção mariana fortemente implantada na conhecida região castelhana da Mancha.

A esta, sem dúvida, seguir-se-ão outras iniciativas importantes no âmbito da história regional e local, que não deixarão de ser perpetuadas nas respectivas *actas*.

J. Marques

*São Bento. II Livro dos Diálogos de S. Gregório*, com apresentação de Geraldo Coelho Dias, Porto, Mosteiro de S. Bento da Vitória, 1993, 19 x 12,5 cm, 159 p.

Este pequeno livro, publicado no contexto comemorativo de duas efemérides da maior importância no último século de vida da Ordem de S. Bento, em Portugal, reveste-se de um interesse cultural, que ultrapassa o âmbito limitado das comunidades beneditinas. De facto, se esta obra pretende assinalar a passagem do primeiro centenário da restauração da Ordem de S. Bento, entre nós, decorridos que eram cinquenta e oito anos sobre a exclausuração imposta por decreto de 28 de Maio de 1834, assinado, na menoridade de D. Maria II, por D. Pedro, Duque de Bragança, e pelo ministro da justiça, Joaquim António de Aguiar, e o cinquentenário do regresso dos beneditinos à igreja do seu antigo Mosteiro de S. Bento da Vitória, da cidade do Porto, põe ao alcance de todos os interessados a *Vida e milagres do Venerável Bento...* traçada por S. Gregório Magno, em diálogo com o diácono Pedro.

Ao longo desses trinta e oito capítulos, que nos apetece designar *quadros*, perpassam alguns episódios da vida e *actos* ou milagres do Patriarca dos Monges do Ocidente, de que o grande S. Gregório afirma explicitamente «soube-os pelos relatos de quatro discípulos seus»: Constantino, Valentiniano, Simplício e Honorato.

Não vamos deter-nos na análise e comentário de cada um desses capítulos, mas gostaríamos de observar que a sua leitura atenta é imprescindível para a correcta compreensão de muitas obras de arte, em que eles são, de certo modo, visualizados, tanto em relevo, como em pintura ou mesmo em azulejo, quer em mosteiros portugueses, quer noutros espalhados por essa Europa fora, como se pode verificar através de algumas ilustrações desta própria obra, constituídas por reproduções de obras de arte patentes, por exemplo, em Montecassino e Subiaco.

Além desta dimensão cultural, pensamos na utilidade prática, didáctica, desta obra destinada ao grande público, pelas sínteses esquemáticas e claras, relativas ao monacato afro-oriental e do ocidente, à vida de S. Bento, traçada por S. Gregório Magno e às linhas gerais da evolução da Ordem Beneditina em Portugal, na fase pós-tridentina... até aos nossos dias.

Conforme insinuámos, não se trata de obra, prioritariamente, destinada a especialistas, mas a um público mais vasto, que nela encontrará uma leitura agradável e instrutiva, sobre um dos temas da História Universal, com profunda implantação entre nós, dado que as suas raízes, pelo que nos diz respeito, mergulham no período anterior à independência de Portugal.

J. Marques

GARCÍA CÁRCEL, Ricardo — **La leyenda negra. Historia y opinión**, Madrid, Alianza Editorial, 1992, 298 p.

Demonstrar a relatividade da opinião sobre a Espanha desde o século XVI ao actual e simultaneamente descortinar a lógica ou lógicas que explicam essa opinião em cada momento, constitui o objectivo deste livro. Curiosamente, a tese aqui implícita contraria o próprio título. Isto é, pese embora girando em torno da expressão «Lenda Negra» inventada por Julián Juderías (*La Leyenda negra y la verdad histórica*, 1913) que entendia por tal «el ambiente creado por los fantásticos relatos que acerca de nuestra patria han visto la luz pública en todos los países, las descripciones grotescas que se han hecho siempre del carácter de los españoles como individuos y como colectividad, la negación o por lo menos la ignorancia sistemática de cuanto es favorable y hermoso en las diversas manifestaciones de la cultura y el arte, las acusaciones que en todo tiempo se han lanzado contra España, fundándose para ello en hechos exagerados, mal interpretados o falsos en su totalidad», García Cárcel adverte na introdução que este livro parte do princípio de que não existiu a mítica lenda negra e, conseqüentemente também não existiu essa crítica negativa sistemática, feroz e unânime, intencionalmente destrutiva em relação à Espanha e aos espanhóis.

O autor admite que poucos países como o seu viveram historicamente tão preocupados em decifrar o labiríntico mundo da sua identidade e mirar-se no espelho narcisista, para conhecer a opinião que de si se tinha além fronteiras; sobretudo em momentos de crise, a Espanha tendeu ao ensimesmamento e daí um estranho complexo de perseguição, um síndrome de ansiedade depressiva que, inclusivamente, alguns psiquiatras tentaram explicar psicopatologicamente. O objectivo deste ensaio é pois, não tanto enterrar a lenda negra, mas a crença nesse mito.

Na óptica do autor este tema não pode colocar-se de uma forma demasiado redutora; o conteúdo da referida lenda negra deve matizar-se, distinguindo o conjunto de opiniões negativas vertidas em relação à Espanha em função da sua acção na América e de grande potência durante o século XVI e parte do seguinte, daquelas que incidem especificamente na valoração da política, cultura ou carácter espanhóis. No primeiro caso, «a lenda negra americana», o debate gira em torno da valoração do regime colonial espanhol, suas eventuais especificidades em comparação com outros colonialismos; no segundo caso, a questão situa-se no problema da inserção da Espanha na Europa, seu papel e aporções específicas.

García Cárcel lembra ainda que não existiu unicamente a crítica negativa face à Espanha, também a houve apologética, merecendo esta a designação de lenda rosa: a metáfora cromática é ainda utilizada para ilustrar a folclorização do hispânico promovida pelos viajantes, escritores e músicos românticos na centúria de oitocentos. Lendas negra, rosa e amarela, inserem-se assim nas guerras de opinião que se estabelecem entre os distintos protagonistas da cena histórica mundial. Mas o objectivo confesso da obra é eximir-se à liça dessas guerras, radiografando o curso da opinião quer favorável quer desfavorável sobre a Espanha, ao longo de um período de tempo que se situa entre os séculos XVI e XX. Como seria de esperar, a opinião aqui trabalhada emana sobretudo da «cultura savante», é a produzida pelos intelectuais (escritores, viajantes, militares, eclesiásticos, etc.) que representam culturas diferentes e frequentemente rivais da Espanha, tais como a Itália, a França, a Inglaterra, Países Baixos, entre outras; os seus testemunhos assumem incidências que variam exactamente segundo os países. A propósito deste aspecto parece-nos legítima uma nota de desaprovação não tanto pela exiguidade dos registos portugueses, sempre justificável numa obra de carácter geral e não exaustivo, mas pela reiterada incorrecção ortográfica da onomástica portuguesa de que são alguns (infelizes) exemplos *Manuel Seiro, Damião de Goas, Diogo Çao, Eça de Quiroz*.

As últimas oitenta páginas deste livro contêm uma reflexão de inegável oportunidade ao abordar a lenda negra americana; evocam a discussão setecentista sobre o regime colonial, projectam correntes importantes de opinião como o indigenismo e o crioulismo oitocentistas e, tratando do nosso século sob o signo do neolascasianismo e do revisionismo historiográfico, apresentam a problemática em foco entre comemorações e desagravos.

A perspectivação fornecida pela história da opinião revela-se aqui de extrema funcionalidade até porque, como lembra o autor, *doxa* e *episteme* não são conceitos radicalmente opostos; em história, a verdade/objectividade alcança-se através de complexas variantes de opiniões divergentes, subjectivas, irracionais. Uma aproximação à verdade histórica pode ser, efectivamente, a crítica dos mitos, o labor de demonstrar a orgânica da evolução, mutação e ressurreição das opiniões, crenças e juízos de valor. Os mitos são passíveis de desconstrução; questionar os fundamentos ideológicos é a melhor maneira de denunciar as falsas legitimações em que se baseia o presente.

*Maria da Conceição Meireles Pereira*

GOSSELIN, Ronald — *Les Almanachs Républicains. Traditions révolutionnaires et culture politique des masses populaires de Paris [1840-1851]*, préface de Maurice Agulhon, postface de Michel Vovelle, Paris/Saint-Foy (Canada), Éditions L'Harmattan/Presses de l'Université Laval, 1992, 330 p.

Especialistas na área da história da transmissão das heranças da Revolução Francesa, o professor canadiano Robert Gosselin estuda nesta obra a forma como os almanaques republicanos utilizam as tradições revolucionárias para mobilizar as massas populares de Paris em função dos seus programas políticos respectivos entre 1840 e 1851. Se o seu trabalho não é pioneiro na demonstração da omnipresença das recordações da revolução de 89 e implicitamente de uma tradição revolucionária no seio do partido republicano francês, é-o no sentido em que considera o fenómeno mais complexo, com carácter evolutivo e polisémico, consoante quem utiliza essa tradição revolucionária e a época em que ela é utilizada. Assim, defende que durante a monarquia de Julho e até ao verão de 1849, o partido se encontra dividido em diversas facções que frequentemente reivindicam heranças distintas em conformidade com a respectiva ideologia, emergindo assim a Revolução francesa como um factor de divisão. Entre o verão de 1849 e 2 de Dezembro de 1851, os republicanos abafam as suas discórdias políticas e decidem unir-se com vista às eleições legislativas previstas para a primavera de 1852, animados pelos sucessos eleitorais obtidos em Paris e outros departamentos. Embora as legislativas nunca se tivessem realizado devido ao golpe de Estado de Luís Napoleão de 2 de Dezembro de 1852, a união dos republicanos reivindica uma herança comum, menos divergente, com o objectivo último de mobilizar as massas populares às eleições. A revolução francesa torna-se doravante um factor de aproximação, exercendo a sua evocação um certo peso sobre as ideias políticas de um partido que passou da desunião à união das suas tendências. Esta é a ideia-chave proposta neste livro: depois de ter sido um factor de divisão, a tradição revolucionária transcenderá nesta luta final todos os diferendos políticos, contribuindo para a nova unidade, simbolizando-a mesmo, tornando-se evidente uma estratégia de ajustamento, segundo as necessidades políticas, entre a tradição revolucionária e a ideologia republicana.

De entre os vários veículos transmissores das ideias republicanas, o autor elege os almanaques como fonte da sua investigação, quer por os considerar meios de propaganda da maior eficácia entre as massas populares que mal saíram de uma civilização quase essencialmente oral, quer pelo facto destes textos não terem ainda constituído objecto de análise dos historiadores. Apoiado num corpo documental de 112 almanaques de Paris (cidade onde estão representadas todas as nuances políticas), o professor da Universidade Laurentienne de Sudbury (Ontario) intenta demonstrar que essas publicações exerceram enorme influência entre as massas, tendo operado na última fase da Monarquia de Julho e na Segunda República como um magno instrumento de propaganda no que concerne à propagação das ideias republicanas, e que essa propagação é indissociável da utilização da tradição revolucionária. Complementarmente o autor compulsou fontes dos arquivos do Ministério do Interior, os arquivos judiciais (úteis para conhecer a opinião da polícia sobre este veículo de propaganda) e ainda as Declarações dos impressores de Paris (fundamentais para conhecer o grau de popularidade de cada uma das tendências), com vista a reconstituir de certa forma o clima político e realçar o papel do almanaque como instrumento de propaganda, particularmente vocacionado para mobilizar as massas no plano eleitoral.

A metodologia adoptada privilegiou uma análise qualitativa do conteúdo ideológico da literatura política em questão (em detrimento da análise lexical), já que

permite manusear um corpo documental vasto, bastando para tal elaborar um dossier temático representativo, e ainda, como explica o autor, tal análise torna-se mais esclarecedora no campo das mentalidades. A análise quantitativa, se bem que breve, é indispensável, pois evidencia a tiragem dos almanaques que traduz a popularidade deste ou daquele programa político. De uma forma coerente, documentada, mas sempre atraente, os resultados da investigação são sucessivamente expostos ao longo de três partes que constituem o tronco fundamental da obra, auxiliadas por anexos sóbrios e sugestivos em que não falta a representação iconográfica, um índice onomástico, e uma lista de fontes bibliográficas didacticamente paradigmática pela descrição minuciosa das fontes, apresentação ordenada dos estudos, número equilibrado das espécies bibliográficas mencionadas, etc.

A 1.<sup>a</sup> parte apresenta-nos o almanaque como um espelho da evolução política das forças republicanas; pretende-se antes de mais caracterizar o almanaque como veículo político pelo que se explica a renovação dos objectivos dos editores e multiplicação dos almanaques políticos, procedendo-se complementarmente a uma interessante análise dos calendários, títulos, símbolos e imagens. O 2.<sup>o</sup> capítulo fala dos agentes propagadores da tradição, abordando numa primeira fase a divisão do partido republicano durante a Monarquia de Julho e seus respectivos órgãos da imprensa (de um lado a direita republicana agrupada em redor do *Le National*, e do outro a esquerda fraccionada em radicais, comunistas neo-babuvistas, icarianos e fourieristas), e numa fase posterior, a reconciliação alcançada por esse partido durante a Segunda República.

A 2.<sup>a</sup> parte é fundamentalmente consagrada ao estudo da articulação entre tradições revolucionárias e ideologias republicanas, partindo-se do pressuposto que o conhecimento do pretérito ajuda a construir o futuro, pelo que o passado assume neste contexto a dimensão de uma arma ao serviço da ideologia. É evidente o pragmatismo que preside à selecção das recordações revolucionárias, emergindo como referências recorrentes as datas de 1789 (Declaração dos direitos do homem e do cidadão), preferida pela direita, e 1793 (Constituição montanhesa) mais evocada pelas facções da esquerda. O mesmo tipo de análise é feito para a divisa republicana, as canções revolucionárias, os símbolos e os heróis republicanos. A temática da reunião das diversas facções republicanas sob a Segunda República é ainda largamente expandida ao longo dos dois capítulos seguintes, sugestivamente intitulados: *La droite républicaine: de la tradition girondine à la tradition montagnarde et sans-culotte* e *La gauche républicaine: de la tradition montagnarde et sans-culotte à la république démocratique et sociale*.

Fornecendo dados quantitativos quase exaustivos e uma argumentação coerente e convincente, a 3.<sup>a</sup> parte da obra apresenta o almanaque como instrumento privilegiado de politização das massas parisienses testado quer a nível da prática eleitoral (eleições para a assembleia legislativa de 23 de Abril de 1848, complementares de 4 de Junho e 17 de Setembro de 1848, assembleia legislativa de 13 de Maio de 1849 e parciais de 10 de Março e 28 de Abril de 1850), quer na promoção do almanaque face a outros veículos de propaganda dos republicanos como os manuais de história, os jornais, os banquetes, os funerais, as canções, as comemorações e as gravuras.

Para lá da investigação no campo do conteúdo das doutrinas, esta obra tem o mérito de se debruçar sobre as vias e meios da sua transmissão e propagação, colocando-se assim, como lembra Maurice Agulhon, na intersecção da história política e da história cultural.

*Maria da Conceição Meireles Pereira*

## FICHEIRO DE ENTRADAS

- BRIGANTIA: Revista de Cultura, 1993; Vol. 12, n.º 4, 1992.
- JERÓNIMO ZURITA: Revista de História, 1993; n.º 61-62, 1990.
- HUMANÍSTICA E TEOLOGIA: 1993; Vol. 14, n.º 2, 1993.
- OBRADOIRO DE HISTÓRIA MODERNA: 1993; Vol. 1, 1992.
- CUADERNOS DE PREHISTORIA Y ARQUEOLOGIA: 1993; n.º 15, 1990/  
/1991.
- DIDASKALIA: 1993; Vol. 21, n.º 2, 1991.
- TRABAJOS DE PREHISTORIA: 1993; Vol. 49, 1992.
- BEIRA ALTA: 1993; Vol. 50, n.º 1-2, 1992.
- HISTORIA, INSTITUCIONES, DOCUMENTOS: 1993; n.º 19, 1991.
- REVISTA DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS: 1993; Vol. 6, 1991.
- AFRICANA: n.º Esp., 1993.
- BERCEO: 1993; n.º 122, 1992.
- REVISTA DE ESTUDIOS EXTREMENOS: 1993; Vol. 49, n.º 1, 1993.
- BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR: 1993; Vol. 60, 1992.
- ATRIUM: 1993; n.º 13, 1993.
- EL MUSEO DE PONTEVEDRA: 1993; Vol. 44, 1990.
- ESTUDOS ORIENTAIS: 1993; n.º 4, 1992.
- ZEITSCHRIFT FÜR KATALANISTIK: Revista D'Estudis Catalans, 1993;  
Vol. 6, 1993
- ESTUDOS IBERO-AMERICANOS: 1993; Vol. 18, n.º 1, 1992.
- ESTUDIS CASTELLONENCs: 1993; n.º 5, 1992/1993.
- MEMOIRES DE LA SOCIÉTÉ ARCHEOLOGIQUE DU MIDI DE LA  
FRANCE: 1993; Vol. 52, 1992.